

# Samarco paga primeira parcela de reparação, mas Mariana opta por aguardar decisão em Londres



A mineradora Samarco realizou, nesta sexta-feira (6), o pagamento da primeira parcela de R\$ 1,88 bilhão referente ao acordo de reparação pelos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). O valor foi depositado em uma conta provisória do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que será o gestor do Fundo Rio Doce, destinado à recuperação socioeconômica e ambiental de áreas atingidas em Minas Gerais e Espírito Santo.

Embora o acordo, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), envolva R\$ 170 bilhões em compensações, **Mariana, o município mais afetado e com maior valor a receber, ainda não aderiu.** Segundo o atual prefeito Celso Cota (PDT) e o prefeito eleito Juliano Duarte (PSB), a decisão de não integrar o acordo foi tomada com base na expectativa de desdobramentos da ação judicial que tramita em Londres contra a mineradora BHP Billiton, acionista controladora da Samarco.

“Decidimos aguardar o desenvolvimento do processo em Londres, que pode oferecer uma reparação mais justa e proporcional aos danos que Mariana sofreu,” explicaram os gestores.

## Mariana e o processo internacional

A ação judicial em Londres, movida pelo escritório Pogust Goodhead, busca uma indenização de cerca de R\$ 230 bilhões contra a BHP Billiton. Caso o processo resulte em vitória, parte significativa desse valor poderia ser destinada à cidade e seus moradores, potencialmente ampliando as compensações já previstas no acordo nacional.

Enquanto isso, outros 11 municípios, entre eles Linhares (ES) e Córrego Novo (MG), formalizaram adesão ao acordo e devem receber cerca de R\$ 1,1 bilhão em indenizações proporcionais aos danos sofridos.

## Sobre o desastre

O rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015, resultou na

morte de 19 pessoas, na liberação de mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos e na contaminação do Rio Doce, impactando mais de 40 municípios.

O acordo homologado prevê que R\$ 100 bilhões sejam destinados a ações do poder público e outros R\$ 32 bilhões a obrigações diretas das mineradoras, incluindo recuperação ambiental e indenizações individuais. Mariana, no entanto, busca garantir uma compensação mais robusta por meio do processo em Londres.

*<https://territoriopress.com.br/noticia/3395/samarco-paga-primeira-parcela-de-reparacao-mas-mariana-opta-por-aguardar-decisao-em-londres> em 13/02/2026 03:43*